

CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A EXPANSÃO DA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA.

EVALDO AMARO VIEIRA

da Escola de Sociologia e Política (São Paulo).

Em nossos dias, a tarefa de examinar a expansão da rede bancária brasileira tem-se revestido de singular importância, em virtude das amplas dimensões alcançadas pelo Capitalismo Financeiro na atualidade do Brasil (1).

Essas dimensões de hoje remontam-nos aos tempos coloniais, se as tomarmos historicamente. Tal evolução empreenderemos aqui, com a finalidade de elaborar um quadro dos principais informes sobre o assunto.

*

COLÔNIA.

Considerando assim o *Período Colonial*, notamos já de início a manifestação

“de dois setores básicos: um Setor de Mercado Externo, especializado, produzindo artigos “coloniais” para o mercado mundial e um Setor de Subsistência, em que se produzem os elementos de subsistência para os que atuam em ambos os setores. Um terceiro setor, de Mercado Interno, existe apenas na medida em que não é possível importar certos serviços (comerciais, de transporte, etc.) e bens do exterior e que são, portanto, produzidos mercantilmente na própria Economia Colonial” (2).

(1). — Esta pesquisa é parte de investigação mais ampla e tem o objetivo único de apreender um levantamento da rede bancária brasileira, no curso de sua evolução. Esta pretensão norteou a escolha das fontes de dados. o entanto, tomou-se o cuidado de, sempre que possível, relacionar o aparecimento de Bancos, ou mesmo seu crescimento interno, com o processo total de evolução sócio-econômica. Na verdade, pouca tem sido a preocupação dos trabalhos publicados sobre a rede bancária, no sentido de promover esta relação. Estudam-na, na maioria das vezes, particularizando-a, como se os Bancos não se vinculassem a outros fenômenos.

(2). — SINGER (Paul), *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1968, pág. 13.

Nesse tempo, inexistiam créditos para qualquer negócio, fosse ele de qualquer natureza, embora se possa apontar casos de adiantamentos realizados por alguns comerciantes e companhias, como a Companhia Pascoal Jansen (Maranhão, 1682), que monopolizou o comércio do Maranhão e do Grão-Pará (Amazonas). Na verdade, como se constata sempre, se trata de negócios à vista, sem crédito, como é o caso da Companhia citada, ou de crédito

“que não permitia ao devedor a oportunidade de vender a quem mais desse” (3).

Assim, as atividades ligadas ao Mercado Externo, por todo o Período Colonial, não tiveram o crédito bancário, apesar de sua importância pois constituíam a única especialização de fato: a produção do açúcar no Nordeste, a mineração em Minas e depois a plantação do café em São Paulo, como exemplos, ficando as demais atividades unidas à Subsistência.

Não há pois uma organização bancária, que aliás mesmo em Portugal passou a ser assunto nos fins do século XVIII, apesar da longa existência de Bancos na Europa. Verifica-se no Brasil uma tentativa, de caráter regional, pois se localiza no Maranhão em 1799, onde o Governador procura criar um Banco, sem contudo conseguir levantar capital (4).

A Transmigração da Família Real fornece condições para o aparecimento de um “Banco Nacional”, em meio a toda a reorganização burocrática do Brasil.

“Toda a máquina burocrática, construída em quatro séculos (em Portugal), transferia-se para o Brasil, de um golpe. (...) O Banco do Brasil, cujos estatutos foram publicados em 8 de outubro de 1808 e a 12 constituído com o capital de 1.200:000\$000, foi integralizado penosamente, à custa de muitas promessas de baronatos e comendas, tinha o fim manifesto de servir às necessidades do Governo. Portugal não tinha dinheiro para emprestar e não podia pedi-lo a ninguém; precisando dele para suas necessidades normais, e sem se poder suprir pelos tributos e monopólios,

(3). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil*. São Paulo, Pro-Service Ltda.-Editora, 1967, págs. 24 e 25.

(4). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 34 e 35.

deveria emitir papel-moeda. Fundou o Banco, o qual poderia emitir, sem outros limites que a “necessária cautela”... O Governo passou a ser o dono do crédito...” (5).

Parece, sem dúvida nenhuma, ser a função de emitir um dos principais objetivos da fundação do Banco, conforme se observa no primeiro considerando do alvará de criação (12 de outubro):

“Atendendo a não permitirem as atuais circunstâncias que o Meu Real Erário possa realizar os fundos de que dependem a manutenção da Monarquia, e o bem comum dos meus fiéis vassallos, sem as delongas, que as diferentes partes, em que se acham, fazem necessárias para a sua efetiva entrada...” (6).

No entanto, é preciso dizer que, sendo idealizado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho que o aconselhou ao Príncipe D. João, o Banco do Brasil recebeu os moldes do Banco da Inglaterra quanto aos seus traços gerais, visando como já foi dito conseguir recursos para o Erário.

Em 1818 é criada sua agência da Bahia e em 1820, a de São Paulo. Como diz Vicente Paz Fontenla, que nos dá esta informação:

“Se o Governo cobriu o Banco de favores por um lado, o prejudicava por outro, fazendo-o seu fornecedor de papel-moeda para atender às despesas crescentes da Corte e de uma administração custosa. A situação geral era difícil para o Erário. As outras províncias, além da do Rio de Janeiro, pouco entravam para os cofres do Governo Central” (7).

Na verdade, foi este Governo quem apareceu como o maior cliente do Banco, aumentando o capital e fazendo de suas notas um verdadeiro papel-moeda, para atingir em 1829 um total emitido de 19.174:920\$000,

“quando foi votada uma lei que determinou a liquidação do Banco” (8).

(5). — FAORO (Raymundo), *Os Donos do Poder* (Formação do Patronato Político Brasileiro). Porto-Alegre, Editora Globo, 1958, págs. 129, 131 e 132.

(6). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 41 a 44.

(7). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *Revista Bancos*, nº 4, Rio de Janeiro, outubro de 1952, págs. 136 a 138.

(8). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 4, págs. 136 a 138.

*

IMPÉRIO.

O Império inicia-se assim sob as fortes emissões do Banco do Brasil, as quais o levariam certamente à liquidação em 1829, como já se disse. O regresso de D. João VI foi causa para que se levassem os recursos ainda existentes, motivo do seguinte texto de D. Pedro a seu pai:

“De parte nenhuma vem nada; todos os estabelecimentos e repartições ficaram; os que comem da Nação são sem número; o numerário do Tesouro é só o das rendas das províncias; e estas mesmas são pagas em papel” (9).

Naturalmente o impacto do regresso, que implicou em retirada dos recursos através da troca de papel por moedas estocadas no Banco, debilitou ainda mais, obrigando por fim a mencionada liquidação, depois de quantidades volumosas de emissão com que, de um modo ou de outro, se concedia crédito ao comércio.

O desaparecimento do primeiro Banco do Brasil, com certeza por causa da quebra de confiança, gerando o pânico no público, embora os acionistas tenham recebido 90% do capital investido, foi o motivo para não serem criados outros Bancos logo depois, o que significa que o crédito não chegou de novo àqueles que dele tinham necessidade.

Eram estabelecimentos particulares que concediam empréstimos ao comércio e à agricultura, e o Estado poucas vezes os concedeu sob autorização legislativa. Tendo em vista a utilidade de um Banco semelhante ao anteriormente existente, em 1833,

“a Regência permanente sancionou a lei decretada pela Assembléia Geral, que fixou novo padrão monetário e estabeleceu, na cidade do Rio de Janeiro, dotado de importantes privilégios, um banco de circulação e depósito, sob a denominação de Banco do Brasil, com o capital de 20.000 contos, parte do qual seria subscrito pelo Governo, mediante a utilização de recursos especificados no mesmo diploma legislativo” (10).

(9). — FAORO (Raymundo), *op. cit.*, pág. 135.

(10). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 4, pág. 138; e RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 52, 53 e 62.

Não somente já antes havia sido rejeitada uma proposta em 1830 para a criação de outro “Banco Nacional” como ainda esta última aprovada pelo Governo jamais foi posta em prática, não chegando portanto a ser realidade.

Durante a Regência não mais se tratou da fundação do Banco e segundo relata a *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil*, já citada, apenas 196 ações tiveram interessados em todo o Império.

As atividades econômicas apresentaram-se ao longo do século passado, até as primeiras manifestações industriais, divididas em regiões mais ou menos autônomas, sendo sem dúvida o Rio de Janeiro, sede do Governo, o centro mais poderoso no sentido de que a influência estatal, já amplamente notada quanto ao primeiro Banco do Brasil, está presente e a exportação do café localizava-se no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense.

Dentro desta economia compartimentada também vão aparecer estabelecimentos financeiros, ou melhor, algumas tentativas de criação de organizações de crédito (“caixas de crédito”), que no curso da Regência vão ser concretizadas realmente.

Se em 1799, como vimos, se buscou a criação de um Banco no Maranhão; e em 1827 nesta mesma província se funda a “Sociedade Agrônômica para Colonização de Estrangeiros, Comissões e Bancos” que só consegue alcançar 73 ações subscritas; e em 1833 se tenta no Maranhão mesmo organizar um Banco; somente após a Regência se dá a realização de semelhantes pretensões. Em 1836, no Ceará, se funda um Banco particular que durou três anos. E no Rio, centro econômico e financeiro principal, que já possuía uma experiência do antigo Banco do Brasil, se organizou o Banco Comercial do Rio de Janeiro, com capital inicial de 2 mil contos. Este Banco terá relativa duração, sendo na verdade um dos que se fundirá para originar o terceiro Banco do Brasil.

E’ preciso notar duas tendências então: ambos os Bancos, do Ceará e do Rio de Janeiro, pretenderam emitir sem contudo terem chegado a obter permissão legal para isto; a segunda tendência consiste na tentativa de conseguir-se Bancos emissores em várias províncias, como Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo.

Os dois mencionados Bancos particulares, fundados no Ceará e no Rio, tiveram similares em outras províncias: Bahia (1845), Maranhão (1846), Pará (1847) e Pernambuco (1851).

Assim, entremeadado de idealizações de um novo “Banco Nacional”, como em 1838 quando o Governo regencial tentou reviver tal idéia, e em 1840, sustentada por Alves Branco, o surto de Bancos particulares atinge seu maior estágio com a fundação, por Mauá, em 1851 do terceiro Banco do Brasil, de caráter particular, o qual dois anos depois se fundiria com o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

Tal fusão, entre o Banco do Brasil fundado por Mauá e o Banco Comercial do Rio de Janeiro, seguida da dos demais existentes no País, dando origem a um novo Banco do Brasil (o quarto com este nome), devido à orientação oficial, foi o passo seguinte ocorrido na evolução de nossa rede bancária.

O quarto Banco do Brasil aparece assim em 1853, por lei votada pelo Parlamento e sancionada pelo Imperador. Na verdade, tal ato tem o sentido de buscar, segundo parece, uma unificação do crédito, através de uma mesma orientação a ser seguida tanto no Rio de Janeiro como nas províncias por meio das caixas-filiais.

O Banco criado por Mauá, depois unido aos demais particulares para originar o quarto Banco do Brasil, é considerado uma das mais significativas iniciativas bancárias do Brasil, tendo organizado filiais em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Apesar disto, os estudiosos do assunto são unânimes em afirmar que o Governo sempre se colocou numa posição de receio, ante a atividade dos Bancos particulares como o de Mauá. Eles emitiam vales com determinado prazo e por vezes estes passavam a circular indefinidamente. Ou então, não socorriam o Governo quando este necessitava de crédito.

A verdade é que o projeto criador do quarto Banco do Brasil, o oficial, instituiu um Banco de depósitos e descontos, monopolizador das emissões, que funcionou de abril de 1854 até fevereiro de 1893, quando já tinha sido proclamada a República.

Durante tal período, como já se disse, os Bancos provinciais da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará passam a ser suas caixas-filiais, assim como as filiais do Banco de Mauá em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Em 1844 foi criada outra filial em Ouro Preto.

A participação do Governo fazia-se sentir por meio da nomeação do presidente e do vice-presidente do Banco, e no controle de toda modificação estatutária. Mas tal subordinação fará com que de novo o Banco sofra também as vicissitudes da política governamental, ou então que venha a sustentar-se nela.

A partir de 1857, novamente é permitido o aparecimento de outros Bancos emissores, junto do Banco do Brasil, que até então monopolizava esta função. No entanto, por lei de 1860 a emissão é limitada a um certo montante a fim de moderar os Bancos no exercício deste atributo. Somente o Banco do Brasil pôde, em 1864, emitir além destes limites fixados, o que logo o levou a excessos causadores da retirada das suas funções emissoras em 1866, encerrando com isto o mais tumultuado de seus poderes. A lei de 1866 coloca fim não só às emissões do Banco do Brasil como às de todos os demais, tornando-as desta data até 1888 um privilégio do Tesouro.

Notamos que a emissão sempre foi motivo de aparecimento de Bancos neste período estudado. Em 1857, quando é permitida, ao lado do Banco do Brasil multiplicam-se os Bancos: o Comercial e Agrícola, no Rio de Janeiro; o Banco da Província do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; o Novo Banco de Pernambuco, em Recife; o Banco do Maranhão, em São Luís (todos fundados em 1857) e o Banco da Bahia (1858). Já existia o Banco Rural e Hipotecário, surgido em 1853, que irá incorporar-se ao Banco do Brasil em 1862, juntamente com o Banco Comercial e Agrícola.

Nesta ocasião, cresce o número de casas bancárias, ressaltando-se principalmente o aparecimento de inúmeras caixas econômicas e sociedades de crédito nas províncias, de modo marcante na Bahia. Citando Amaro Cavalcanti, a *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil* apresenta nesta província os seguintes estabelecimentos, entre 1857 e 1858:

“além da filial do Banco do Brasil, o Banco provincial..., uma caixa comercial (instalada desde 1848), esses tres funcionando legalmente, e mais treze “caixas bancárias”,

todas contrariando frontalmente as leis. Tais caixas permitiam, muitas vezes, que os acionistas retirassem o valor das respectivas ações mediante o aviso-prévio de alguns dias.

“Desse período, afora o Banco do Brasil (remodelado na República), sobrevieram alguns bancos, que, transformando-se embora e resistindo a reveses, conseguiram chegar até os dias de hoje...” (11).

Refere-se então ao fato de que uma das caixas econômicas existente na Bahia, fundada em 1834, originará posteriormente o Banco

(11). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 82 a 87.

Econômico (1894), ainda presente em nossa vida financeira ,ao lado de outros também deste período, ou melhor, deste Segundo Reinado. São eles, por exemplo, o Banco Almeida Magalhães, criado como escritório bancário em São João Del Rei no ano de 1860; o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado em 1889 em Juiz de Fora; o Banco de São Paulo, do mesmo ano; o Banco do Comércio, de 1875, no Rio de Janeiro; o Banco Comercial do aPrá, de 1869 e o Banco do Maranhão, de 1867.

E' preciso dizer, portanto, que havia estabelecimentos particulares nesta época, voltados a operações distintas da emissão, como os depósitos, descontos, câmbio etc., de que é exemplo mais marcante a Mauá, Mac-Gregor & Cia., com agência em Londres.

Esta organização fundiu-se em 1864 com o *London and Brazilian Bank*, fazendo surgir o *London, Brazilian, and Mauá Bank*, que durou até 1878.

Acerca dos Bancos estrangeiros, destaca-se o decreto de outubro de 1862, que permite a instalação do *London and Brazilian Bank*, cujo funcionamento se relacionava com o câmbio, depósitos e descontos, chegando a ter filiais em Recife, Santos e Rio Grande do Sul. Em 1862 mesmo, se instala o *Brazilian and Portuguese Bank*, depois em 1866 transformado no *English Bank of Rio de Janeiro* que atingiu a República. Há ainda o Banco Alemão Brasileiro, que passa a funcionar no Rio de Janeiro em 1872, indo até 1930.

O *New-London and Brazilian Bank* estendeu-se pelo litoral; possuiu agências em Recife, Bahia, Rio Grande, Belém, Santos, além da sede-filial no Rio de Janeiro. Instalado em 1863, tornou-se o *Bank of London & South America*, sendo

“o mais antigo banco estrangeiro em funcionamento no País”
(12).

Incorporou o *English Bank of Rio de Janeiro*, antigo *Brazilian and Portuguese Bank Limited*, como vimos acima.

Segundo Vicente Paz Fontenla, em quem nos baseamos,

“em 1877 o Brasil possui dezessete estabelecimentos de crédito (entre eles dois Bancos ingleses e vários portugueses)”

como segue: o Banco do Brasil, o Banco Rural e Hipotecário, o Banco Comercial, o Banco Nacional, o Banco Industrial e Mercantil, o

(12). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 82 a 87.

English Bank of Rio de Janeiro, o *New-London and Brazilian Bank*, o *Deutsch Brasilianische Bank*, o Banco do Comércio, a Associação Econômica Auxiliar, o Banco Predial, o Banco de Crédito Territorial, o Banco Hipotecário, a Caixa Econômica e Monte de Socorros, A Popular Fluminense, A Perseverança Brasileira e o Banco Mauá & Cia. (filiais em Londres, Pará, Santos, São Paulo, Campinas, Rio Grande do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Montevidéu, Mercedes, Paisandu, Salto, Buenos Aires e Rosário). Na verdade, o Banco Mauá & Cia. possuía quinze casas bancárias, se somarmos a agência do Rio de Janeiro; a partir de 1875 entraram todas elas em liquidação (13).

A função básica do crédito era o financiamento das atividades produtoras e comerciais; os Bancos dirigiam-se a um sistema mais sólido, o *complexo comercial exportação-importação*, motivo de suas agências costearem o litoral, sempre voltadas para o *comércio* assentado sobre as atividades de Mercado Exterior.

O interior também recebia assistência bancária, mas quase sempre através de estabelecimentos ligados ao comércio exterior. Em cada região, apareciam *capitalistas* que cobriam as necessidades de crédito dos agricultores e criadores, quando

“desprovidos de proteção financeira pela rede ligada ao comércio exterior ou pela rede de suprimento das capitais litorâneas” (14).

Houve casos em que as dívidas foram saldadas em espécie; cita-se por exemplo: cabeças de gado e negros. A presença de mensageiros, pessoas de confiança, que levavam e traziam valores permitindo a ligação realizadora da operação feita a longa distância, constitui traço comum apontado pelos estudiosos dos negócios bancários.

Mas o que é importante de fato, é a relação possível entre o surto bancário notado durante o Segundo Reinado, como se verificou por ocasião das emissões ou então a partir da segunda metade do século passado, e as atividades cafeicultoras e depois industriais. Sem dúvida, o funcionamento dos Bancos volta-se inicialmente à comercialização e mesmo à produção do café, transferindo-se num segundo momento à indústria nascente.

Tomando como base, por exemplo, São Paulo, sabe-se que

(13). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), Revista *Bancos*, nº 2, Rio de Janeiro, setembro de 1952, págs. 33 a 36.

(14). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 93 a 95.

“a partir de 1868 o sistema São Paulo-Santos se insere de forma cada vez mais sólida no grande negócio cafeeiro e, a partir da última década do século passado, arrebatou ao Rio sua posição hegemônica, tornando-se o grande eixo de comercialização do produto-rei da exportação brasileira” (15).

Continua ainda Paul Singer,

“é preciso notar que São Paulo não é a única cidade a usufruir da comercialização cafeeira”.

No caso do açúcar, São Paulo é um dos pontos de parada quase sempre obrigatório, pois vem por meio de animais. Diferentemente, o café transportado por ferrovias pode ir direto para Santos, que se torna então o grande centro cafeeiro.

Surgem cidades e, apesar de Santos dominar a comercialização do café, é em São Paulo que vai concentrar-se a maioria dos Bancos. Assim, se em São Paulo havia em 1873 quatro estabelecimentos, conforme nos informa Singer, em 1889 apontam-se cinco Bancos: Banco de Crédito Real de São Paulo, Banco Mercantil de Santos, Banco Comercial de São Paulo, Banco da Lavoura de São Paulo, Banco Popular de São Paulo, além dos Bancos estrangeiros: *London and Brazilian Bank Ltd.*, trabalhando com câmbio, e o *English Bank of Rio de Janeiro*, ambos sucursais (16).

Continuando, diz-nos Paul Singer:

“Tudo indica que os bancos, surgidos principalmente para fazer face às necessidades do desenvolvimento da lavoura de café, decidiram estabelecer suas matrizes na cidade de São Paulo porque esta era a Capital da Província. O negócio dependia, como ainda depende, em alto grau, da política econômica do governo. (...) Criam-se laços muito estreitos entre o negócio bancário e o de café. Os fazendeiros necessitavam de crédito, principalmente para a abertura de novos cafezais. Obtê-lo-ão ou diretamente dos bancos ou por intermédio dos comissários, os quais oferecem crédito aos fazendeiros seus clientes, mas descontam os títulos junto aos bancos, tornando-se assim, simultaneamente, intermediários comerciais e de crédito. Por outro lado, fazendeiros entrarão para

(15). — SINGER (Paul), *op. cit.*, págs. 30 e 32.

(16). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *Revista Bancos*, nº 3, Rio de Janeiro, setembro de 1952, pág. 82.

o negócio bancário, tornar-se-ão fundadores e diretores de bancos. Deste modo estabelece-se em São Paulo um mercado de capitais. Durante todo este período a cafeicultura constitui um grande sorvedouro de recursos. A abertura de cafezais exige investimentos consideráveis, fundamentalmente por dois motivos: porque o cafeeiro é uma planta perene, que só começa a produzir após um certo intervalo de maturação (5 a 6 anos) e porque o plantio é feito com mão-de-obra escrava. (...) Nada indica que os bancos paulistas tenham sido capazes de aplacar esta fome de capitais. (...) Basta atentar para o fato de que a exportação do café da província, em 1886-87 foi no valor de 74.112 contos de réis, isto é, quase três vezes o valor dos depósitos de todos os bancos que operavam em São Paulo naquele ano” (17).

Se isto ocorreu, se explica que os exportadores ingleses principalmente tenham fornecido financiamento aos importadores que supriam o País, além de basicamente os Bancos ingleses sustentarem a procura de investimentos no café. Seja como for, só depois de 1900, surge em São Paulo uma rede bancária talvez capaz de mobilizar meios e até mesmo tentar substituir os estrangeiros nos negócios da cafeicultura.

Já notamos acima que havia uma compartimentação das atividades econômicas, em que cada região está quase isolada e autônoma, com seu centro: Recife, Porto Alegre, Blumenau, Juiz de Fora, Ouro Preto, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Manaus. Apenas o eixo Rio-São Paulo logo se une, e torna-se o principal. As demais cidades que vão aparecendo, mantêm-se mais ou menos autônomas.

O negócio bancário está intimamente ligado à vida urbana, e no Brasil fez várias tentativas de unificar as regiões, à medida que procurou, através das agências dispersas pelo território, manter critérios semelhantes no financiamento das atividades peculiares ao local.

Com relação ao café, por exemplo, de que já explanamos mais, é necessário notar a progressiva transferência dos recursos investidos em sua comercialização e cultura para as indústrias. A produção do café, que tinha sido crescente, em 1888 recebe um impacto decorrente da libertação dos escravos, impacto que significa uma quebra da 50% compensada pelos bons preços da época. O Brasil torna-se o grande produtor mundial de café:

“em 1880 temos 5.940.000 (sacas) para o Brasil e 4.665.000 para outros países; nessa década, a produção nacional oscila entre

(17). — SINGER (Paul), *op. cit.*, págs. 33 e 34.

4 e 6 milhões (com exceção de 1888, quando desce para os 3.000.000), enquanto a mundial fica entre 3 e 4. Nos últimos dez anos do século a diferença é ainda maior” (18).

Os altos preços ativam as grandes plantações e com as crises mundiais ou excesso de produção, ocorrem as superproduções que geram as crises na atividade cafeeira. Os produtores reagem, pressionam o Governo e obtêm auxílio externo. A valorização do café estimula novas plantações em vários países, repetindo-se o processo, sempre cíclico.

Depois de 1895, a queda dos preços é rápida, levando à superprodução, inaugurando a partir de 1898 até 1906 um período de constantes reclamações referentes à política do café. Ora, tais impasses implicam em que os recursos aplicados na cafeeira vão aos poucos passando à indústria ainda quase iniciante.

Abre-se então um processo, que, pode-se dizer, ainda perdura hoje com vantagem para a indústria; mas no período mencionado apenas começava: transferiam-se recursos da agricultura para a indústria. As crises do café afastavam os investimentos, muito embora alguns regressassem às origens. O investimento bancário predominantemente prefere uma taxa de lucro boa e estável, de acordo com as condições possíveis. As convulsões cafeeiras, decorrentes talvez de o café se ligar só ao Mercado Externo, para muitos estabelecimentos bancários não permitiam a estabilidade e a consequente confiança necessárias ao financiamento.

Tal é o motivo da transferência. Apesar de ser mais acentuada na década de 30 e durante a Segunda Guerra Mundial, ela sempre existiu durante as crises. No entanto, tal afirmação não quer dizer que só os recursos do café deram condições à industrialização. Esta possui causas mais diversas e profundas que apenas a do investimento do café.

E' preciso notar, pois é importante, que se colocou tais problemas durante o estudo da rede bancária no *Império*, porque tiveram início aí. Aziz Simão põe a questão de modo claro ao dizer que:

“No quadro econômico e social paulista do último quartel do século XIX, frontado pelas figuras do senhor e do escravo, começavam a se destacar as silhuetas do patrão e do trabalhador assalariado” (19).

(18). — CARONE (Edgard), *A República Velha* (Instituições e Classes Sociais). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pág. 30.

(19). — SIMÃO (Azis), *Sindicato e Estado*. São Paulo, Universidade, 1966, pág. 9.

Portanto, em meio à vida agrícola, caracterizada pelo Setor de Mercado Externo e pelo Setor de Subsistência, começam a germinar os contornos de um Setor de Mercado Interno que aos poucos substituiu as atividades relacionadas ao autoconsumo. E' possível afirmar que, num primeiro momento, mais ou menos por volta da segunda metade do século passado, se elevando a produção para o exterior, o consumo modifica-se, dirigindo-se mais no sentido de aumentar a procura de produtos importados e de diminuir a de produtos de subsistência. Depois, num segundo momento, aproximadamente da última década do século XIX à atualidade, se processa a substituição dos produtos importados pelos nacionais, havendo naturalmente também a substituição dos restantes produtos de subsistência.

A exportação, onde houve, ao exigir determinados serviços (como, por exemplo, o transporte, o armazenamento, a comercialização, o embarque e o desembarque), incrementa as cidades ligadas a ela, onde vicejam o consumo, e ainda a produção pretendendo corresponder a este, e o crédito. No entanto, outros mecanismos além da exportação cooperaram para o surgimento da indústria, como é o caso do "Encilhamento", conforme quer Simonsen.

Aqui não pretendemos apontar os fatores condicionantes da industrialização no País, mas apenas mostrar seu aparecimento principalmente em São Paulo, vinculado ao surgimento do Mercado Interno. Apresenta-se este mercado, e depois a indústria, que pretende aos poucos substituir os produtos consumidos importados e de subsistência.

O crescimento da indústria até 1940 pode ser apresentado, de modo geral, sob a divisão em quatro períodos: o de 1870 a 1900, o de 1900 a 1914, o de 1915 a 1930 e o de 1931, interpenetrando-se com o período posterior a 1940, não existindo portanto um fim decorrente de depressão das atividades industriais (20).

Nesta divisão puramente didática, fundada em dados quantitativos e qualitativos, interessa-nos agora no estudo do *Império*, a fase iniciante em 1870. Roberto C. Simonsen, em *A Evolução Industrial do Brasil* (21), diz-nos que:

“Não era possível, até então, implantar aqui qualquer manufatura de valor, que pudesse, desde o início, competir, no preço e

(20). — SIMÃO (Azis), *op. cit.*, págs. 18, 19 e 20.

(21). — SIMONSEN (Roberto C.), *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, julho de 1939, págs. 15, 17, 18, 22 a 25.

na qualidade dos artigos, com a indústria inglesa. As nossas condições econômicas eram precárias e mesmo nas proximidades de 1850, as nossas importações suplantavam em valor as exportações. (...) Entre 1850 e 1870 Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, procurou, por uma série de empreendimentos levados a efeito de Norte a Sul, injetar no meio brasileiro, como que um espírito industrial, promovendo a construção de estradas de ferro, portos, fábricas de tecidos e vários outros cometimentos bancários, comerciais e industriais. (...) O recenseamento de 1920 demonstra que, dos capitais investidos nas indústrias do país, até esse ano, menos de 10% tinha sido aplicado anteriormente a 1885; 23% entre 1885 e 1895...”.

Conforme o mesmo autor, por volta de 1850 havia no Brasil

“pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluindo algumas dezenas de salineiras”.

Em 1866, destaca o predomínio da indústria têxtil, com 9 fábricas ocupando 768 operários; em 1881 apresenta como existentes 44 fábricas de tecidos, distribuídas da seguinte maneira: 12 na Bahia, 9 em São Paulo, 8 em Minas Gerais, 6 no Estado do Rio de Janeiro, 5 na antiga Capital Federal (Rio de Janeiro), 1 em Alagoas, 1 em Pernambuco, 1 no Maranhão e 1 no Rio Grande do Sul.

Simonsen considera a década de 1880 a 1890 como a do “primeiro surto industrial do Brasil”; segundo ele, de 1880 a 1884, fundaram-se 150 indústrias e, de 1885 a 1889, outras 248, oferecendo os dados a seguir no fim do Império (1889): 636 indústrias. Quanto aos capitais colocados neste setor, distribui 60% para os estabelecimentos têxteis, 15% para os da alimentação, 10% para os que produzem produtos químicos e análogos, 4% para a indústria madeireira, 3,5% para as de vestuário e objetos de tocador e 3% para as metalúrgicas.

Embora a indústria vá desde logo carreando recursos para si, independente da cafeicultura, as crises desta, em maior ou menor proporção, causam a passagem dos investimentos para a industrialização que se inicia. O *Banco* e a *indústria* preferem basicamente a *cidade* para se desenvolverem, e o crescimento destas em nosso País, e especificamente em São Paulo, faz paralelo com o crescimento do número de indústrias e de Bancos, embora estes possuam fases durante uma certa época. Deve-se notar ainda a inter-relação existente entre o espírito industrialista e a atividade bancária, sintetizada na pes-

soa de Mauá, que bem demonstra o liame de interesses presentes na indústria e nos Bancos.

Não conseguimos outras informações sobre este período relativo ao *Império*, no que diz respeito à rede bancária, e mesmo sobre o trabalho desenvolvido nela. Certamente, como vimos, o que se refere à emissão possui maior massa de informações, enquanto outros dados, mesmo sobre a área financeira, somente aparecem de modo esporádico, não permitindo explanação mais significativa.

O que é preciso dizer finalmente, é que o incremento da rede bancária do País sofreu descontinuidades, manifestando-se mais vigoroso com a *urbanização*, com o crescimento da *agricultura* e da *indústria*, pois constitui a base financeira indispensável sobre a qual estes dois setores, de modo acentuado ou não, se sustentam.

*

REPÚBLICA.

A República dá um salto à frente quanto à rede bancária: observe-se apenas o fato de que, se em 1878 só 29% representava a participação dos Bancos no total do capital das sociedades anônimas, em 1890 a parcela dos mesmos se elevava a 42%, no Rio de Janeiro. Em 24 de novembro de 1888 se instituiu novamente a emissão, que só foi utilizada pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional do Brasil, criado em 1889. Segundo Vicente Paz Fontenla, no ano de 1890 foram lançados no Rio de Janeiro 316 Bancos e companhias (22).

Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, em janeiro de 1890, criou o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil que, até 1893, completaria a sua fusão com o quarto Banco do Brasil. Buscou organizar Bancos emissores, divididos em três regiões nacionais, com a finalidade de descentralizar a constituição de riquezas e de incrementar os negócios. Haveria então as regiões: Norte, Sul e Centro, onde as emissões seriam possíveis através de Bancos autorizados.

Junto com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil tiveram concessão para tal: o Banco Emissor do Sul, o Banco Emissor do Norte, o Banco Sul-Americano, o Banco Emissor da Bahia, o Banco União de São Paulo, o Banco de Crédito Popular, o Banco Nacional do Brasil e o Banco do Brasil. Ainda se fundaram outros, pois a *História dos Bancos e do Desenvolvimento Finan-*

(22). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 2, págs. 33 e 34; e RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 116 a 121.

ceiro do Brasil alude a um relatório contendo a lista de 57 Bancos do Rio de Janeiro de 1890, que hoje não mais existem, exceto no caso do Banco do Brasil e do Banco do Comércio, que vinham do Império.

De todos estes Bancos, segundo se verifica, poucos deles se incumbiram das emissões. No entanto, muitos tiveram durante o “Encilhamento” as suas ações em baixa, como o Banco Construtor do Brasil, o Banco de Crédito Popular, o Banco União do Crédito de São Paulo, o Banco União Ibero-Americana, o Banco da Lavoura e Comércio, o Banco Industrial e Mercantil, e até mesmo o Banco da República e o do Brasil, cujos títulos caíram respectivamente de quase 70% e 45%.

Apesar disto, a *Primeira República* deu origem a importantes instituições de crédito, dignas de nota: como o Banco Comércio e Indústria, o Banco Comercial, o Banco Noroeste, o Banco Auxiliar (em São Paulo). Em Minas, exemplificativamente, se fundaram o Banco da Lavoura, o Banco do Comércio e Indústria, o Banco de Minas Gerais, o Banco Hipotecário e Agrícola; enquanto em Pernambuco aparece o Banco do Povo e na Bahia, o Banco Bahiano de Produção.

A estes exemplos é possível somar outros: no Estado do Rio de Janeiro, o Banco Predial; na Guanabara, o Banco Boa Vista, o Banco Português do Brasil e o Banco Monteiro de Castro; enquanto no Rio Grande do Sul surgiam o Banco Industrial e Comercial e o Banco Nacional do Comércio.

Se formos destacar mais alguns Bancos, instituídos neste período, teremos a lista seguinte: Banco Porto Alegre (1905), o *Crédit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud* (1907), Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (1909; depois em 1926, torna-se Banco do Estado de São Paulo), Banco Francês e Italiano para a América do Sul, Banco Mercantil do Rio de Janeiro (1910), Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Banco Italo-Belga, Banco Germânico da América do Sul, Banco Alemão Transatlântico (1911), Banco Nacional Ultramarino (1912), *National City Bank of New York* (1915), Banco Holandês para a América do Sul (atual Banco Holandês Unido, 1917), *Yokohama Specie Bank* (1919), *Royal Bank of Canada* (1919) e Banco do Distrito Federal (1919).

Já dissemos que em 1893 o quarto Banco do Brasil se fundira com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil; antes mesmo, em 1891, deixara a este a sua função emissora. Desta mencionada união de Bancos, originou-se o Banco da República do Brasil

que não demorou em sentir toda a carga decorrente das emissões passadas realizadas pelos outros, e das suas próprias, aliás impedidas a partir de 1896.

Em 1900 o Banco da República do Brasil, após suspender os pagamentos, entra em liquidação e em 1905 se apresenta com possibilidades de solver seus encargos, embora não mais viesse a funcionar pois o seu papel seria representado pelo quinto Banco do Brasil, criado neste ano. O novo Banco era de depósitos e de descontos, tendo o Governo como o maior acionista. Sob o controle estatal, portanto, este Banco do Brasil, que se iniciou de fato em 1906, é o atual, considerado o maior Banco comercial do País, após ter sofrido várias modificações.

Suas agências estenderam-se pelo Brasil, sempre em busca das regiões produtoras, com a pretensão, como já notamos antes, de ligá-las. Começa em 1908 com Manaus, centro da borracha e distante do Sul; depois as lança em Belém, Santos, João Pessoa (antiga Paraíba), Maceió, Aracaju, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Três Corações, Uberaba e Corumbá.

A agência de São Paulo, como as de São Luís, Paranaíba, Natal, Ilhéus, Vitória e Juiz de Fora, só se criou em 1917. Em 1921, o Banco possuía 40 agências dispersas pelo território nacional, num esforço de união das variadas regiões brasileiras. O número de estabelecimentos aumentou progressivamente: em fins de 1943, mantinha 257 estabelecimentos; enquanto ao término de 1951 tinha em funcionamento 286 agências, das quais 284 no Brasil e duas no Exterior: Assunção no Paraguai e Montevidéu no Paraguai.

A complexidade burocrática já se apossa dele, devido às constantes aberturas de novas seções: por exemplo, no ano de 1921, se instala a Carteira de Redescontos que, com a Inspeção Geral dos Bancos, será a origem da futura Superintendência da Moeda e do Crédito, germe de banco central. Entre 1924 e 1926, foi de novo permitida a emissão ao Banco do Brasil, função que possuiu outra vez em 1930, para nunca mais tê-la (23).

Num levantamento geral, se destaca que, nesta *Primeira República*,

(23). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 2, págs. 35 a 37; *op. cit.*, nº 4, págs. 139 a 142 e 145; e RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 116 a 127.

“em face da pujança econômica da agricultura, os bancos nacionais são poucos e geralmente localizados nas capitais, isto é, longe dos centros produtores. . . (. . .) O que eles fazem até o início do século é pedir numerário e garantias ao governo para realizar, de preferência, operações comerciais, só excepcionalmente concedendo crédito rural. Durante a crise cafeeira de 1896, o Banco de Crédito Real de São Paulo esgota logo o seu numerário; o de Minas Gerais tem o capital de 50.000:000\$000, pouco menos do que os comissários do Rio de Janeiro possuem em mãos de fazendeiros. Diante desta situação calamitosa, os próprios agricultores tentam fundar cooperativas bancárias: em 1905 surge a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, com capitais nacionais e estrangeiros. Porém, estas medidas paliativas pouco significam: só em 1913 é que o governo amplia os créditos agrícolas, e a partir de 1920, . . . , é que teremos medidas mais concretas. Estas somente fazem, entretanto, com que os fazendeiros dependam cada vez mais da proteção governamental — o que explica as contínuas valorizações do café” (24).

E' preciso notar, no entanto, como veremos por ocasião de estudar a rede bancária de São Paulo neste período, que houve um esforço de custear a atividade rural, através de Bancos locais, muito embora seja traço geral o que Carone disse acima: predomínio completo das capitais. Sabe-se, porém, que pequenos Bancos se formaram no interior, e

“talvez estivessem inicialmente preocupados com o “custeio rural”, como se noticiou na imprensa da então cidadezinha de Bebedouro, Estado de São Paulo, em 1908, que era preocupação do prefeito municipal, “a exemplo do que se tem feito em outros lugares” (25).

As alternativas a tais bancos que foram criados, seriam, como aconteceu, permanecerem locais, e até mesmo se extinguirem, ou então se tornarem metropolitanos.

A *Primeira República* viu nascer ainda os dois primeiros “Bancos do Estado”, sob a direção dos governos estaduais. Eram eles o de São Paulo e o do Rio Grande do Sul, que se tornaram depois grandes financiadores de atividades agrícolas e industriais.

(24). — CARONE (Edgard), *op. cit.*, págs. 21 e 22.

(25). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 116 a 121.

Mas, apesar disto, é também válida a afirmação feita acima de que “os bancos nacionais são poucos”, se considerarmos que, certamente devido à impossibilidade de darem crédito a todas as atividades econômicas existentes, os Bancos estrangeiros penetram em número razoável no País, oferecendo seus serviços. Pode-se constatar isto pela simples lista apresentada, observando-se ainda que a penetração se dá principalmente de 1907 a 1919 neste período, época em que muitos deles vêm para cá.

A Tabela I (em apêndice no fim) mostra que, dos 67 Bancos que há no Brasil em 1922, 14 são de origem estrangeira. Esta Tabela nos permite ainda verificar alguns dados relevantes para o presente estudo: 19 Bancos declaram sua sede no Rio de Janeiro, enquanto 4 a indicam em São Paulo; 4, em Porto Alegre; 4, em Salvador; 3, em Belém; e 1 apenas, em Recife, Vitória, Maceió, Belo Horizonte e Niterói.

No que diz respeito às sedes no interior do País, dos Bancos que mencionam claramente, 5 estão no Estado de São Paulo, ao passo que 2 se estabeleceram no Estado de Minas Gerais (Juiz de Fora e Alfenas) e 1 no Estado do Rio de Janeiro (Campos). As sedes localizadas no Estado de São Paulo estão distribuídas do seguinte modo, de acordo com as cidades: São João da Bocaina possui 2; Jaú, 1; Araraquara, 1; Campinas, 1.

Constata-se, em vista do exposto, que o interior do Estado de São Paulo encontra-se nesta época com muito maior número de sedes bancárias que o interior do Estado do Rio de Janeiro, embora esta cidade, na ocasião Capital da República, apresente 19 sedes contra apenas 4 de São Paulo. Tal concentração parece ser explicada pelo fato de ser ela o centro governamental do País.

Inúmeras cidades têm agência bancária; das contidas na Tabela I (em número de 182, notando-se que a fonte não deve estar completa), ressaltam-se: Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Recife, Salvador, Porto Alegre, Florianópolis, Campos, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas e Blumenau. Na realidade, grandes regiões ainda permanecem sem Bancos, não sendo, dessa maneira, alcançadas pela rede bancária de então.

Retornando aos Bancos estrangeiros e tomando como base a localização de suas redes, verifica-se ainda pela Tabela I que há superioridade dos Bancos ingleses, portugueses e alemães sobre os demais, pois cada uma destas nacionalidades possui 3 Bancos no Brasil de 1922, ficando os holandeses, argentinos, belgas, japoneses e italianos com um só.

Se confrontarmos a Tabela I com a Tabela II (em apêndice no fim), que trata dos Bancos existentes no Estado de São Paulo no ano de 1922, comprova-se que elas se complementam formando uma massa razoável de informações, embora, como notamos, com lacunas. A Tabela II discrimina os Bancos localizados no Estado de São Paulo, aliás o com maior número de sedes, como vimos, e talvez o com maior número de agências ou sucursais, seguido do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, respectivamente, para nomearmos os mais citados na fonte (26).

A Tabela II mostra-nos ainda que a década na qual se fundou ou se autorizou maior número de Bancos no Estado de São Paulo, durante a *Primeira República*, foi a de 1910 a 1920, quando se criaram 10 estabelecimentos. Se atentarmos bem para a mencionada Tabela, verificaremos que, tanto de 1900 a 1910 como de 1920 a 1930, somente um Banco foi instituído em cada década, na referida área. Apesar disto, quando foi tocada pela crise econômico-financeira de 1929-1930, que atingiu todo o País, a rede bancária já estava mais selecionada e mais experiente, a ponto de não ser tão afetada como por ocasião da crise de 1900, mesmo se levamos em conta as proporções daquela de 29.

No período precedente à *Revolução de 1930*, considerando-se todo o País e não apenas o Estado de São Paulo como se fez acima, vários Bancos iniciaram suas operações: o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (1923), o Banco da Lavoura de Minas Gerais (1925), o Banco Aliança do Rio de Janeiro (1926), o Banco Boa Vista (1927) e o Banco do Rio Grande do Sul (1928). Portanto, às beiras da mencionada Revolução, alguns Bancos ainda são fundados e participam da ampliação da rede bancária ocorrida após a Primeira Guerra.

Verifica-se então que no período pós-*Revolução de 1930*, a extensão alcançada pelos serviços bancários não sofre perda de impulso, pois, como dissemos, os Bancos instituídos, em grande parte, conseguem suportar as vicissitudes da época e chegar até nós, utilizando os artifícios que a experiência vai permitindo. O que acontece é às vezes um período de maior crescimento da rede, seguido de outro mais caracterizado pela estagnação, que posteriormente vai ser ultrapassado. O certo é que a rede bancária cresceu.

(26). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 2, págs. 37 a 40.

Possuímos dados relativos a 1938, indicando 860 estabelecimentos brasileiros e 79 estrangeiros em todo o País (27). Segundo outra fonte, em 1939 existiam 277 matrizes e 741 agências (28). O número de Bancos subiu igualmente durante a Segunda Guerra; multiplicaram-se os estabelecimentos conforme se constata na Tabela III (em apêndice no fim), embora os Bancos estrangeiros tenham diminuído suas filiais, de 80 para 44 (45%),

”em virtude da liquidação das agências do Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano para a América do Sul” (29).

A Tabela III dá-nos informes sobre a rede bancária brasileira, no período de 1941 a 1960, portanto durante 20 anos, apresentando os estabelecimentos segundo a nacionalidade e a categoria. As tendências expostas pelo quadro são dignas de nota. De início salta à vista o aumento de sucursais, filiais e agências, em contraposição ao processo de diminuição de matrizes, notadamente a partir do ano de 1945.

E' a concentração bancária.

“A história dos bancos mostra que quanto mais sólidos, quanto mais volumosos os capitais de um banco, melhor resiste ele às crises. Tem mostrado, também, que aqueles bancos capazes de constituir uma rede de agências e filiais melhor sentem a vida econômico-financeira... Os pequenos bancos e casas bancárias com raras exceções, não apresentam solidez diante das oscilações das conjunturas” (30).

A tendência à concentração pode ser descrita, segundo a referida Tabela, do seguinte modo: há aumento de matrizes durante a Segunda Guerra: a concentração inicia-se, de maneira geral, em 1945, com a diminuição de 154 matrizes, levando em conta o ano anterior. O processo continua em 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, com o desaparecimento respectivamente de 32, de 33, 18, 7, 6 e 9 matrizes.

O ano de 1952 apresenta um aumento de 4 matrizes sendo seguido de nova queda, a contar de 1953. Deste ano até 1960, desaparecem 56 matrizes. Durante o período que vai de 1945, marco do

(27). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 164 a 172.

(28). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 2, págs. 40 a 42.

(29). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *op. cit.*, nº 2, págs. 42 e 43.

(30). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), *Revista Bancos*, nº 1, Rio de Janeiro, agosto de 1952, págs. 10 e segs.

processo de concentração, a 1960, o crescimento da rede bancária em termos de sucursais, filiais e agências, foi de 3.445 estabelecimentos, significando mais do dobro das existentes na data do começo do processo de concentração (1945). Conclui-se então que tal processo já vinha bem acentuado a partir do fim da Segunda Guerra.

Com relação à nacionalidade dos estabelecimentos, é preciso dizer que, desde 1943 quando os Bancos estrangeiros vêm cair de 80 para 44 o número de suas casas de crédito no Brasil, o processo de diminuição de sua representação aqui se acentua, indo até 1947. Neste ano, novo ciclo tem início: dá-se o crescimento do número de Bancos estrangeiros, chegando a 44 em 1953, para depois cair nos 4 anos seguintes e recuperar a partir de 1958. Enquanto isto, os estabelecimentos brasileiros crescem até 1944 (de 1941 a esta data aumentam em 854 unidades), descrevendo uma queda em 1945 e voltando a aumentar até 1960 (de 1945 até esta data aumentam em 3.272 unidades).

A disposição dos estabelecimentos por unidade da Federação, em 1950, pode ser feita com o auxílio da Tabela IV (em apêndice no fim). As diferenças regionais são facilmente verificáveis através da discriminação da rede bancária. A Região Norte possui apenas, naquela data, 23 sucursais, filiais e agências; 5 matrizes (no Pará); 4 Bancos estrangeiros (Amazonas, 2 e Pará, 2) e 24 estabelecimentos brasileiros. Esta Região, se comparada com a Região Sul, a mais poderosa e mais assistida pela rede bancária, já naquele ano de 1950, mostrará bem a sua real situação, no setor do crédito. O Sul tem 1.222 sucursais, filiais e agências; 124 matrizes; 19 estabelecimentos estrangeiros e 1.327 brasileiros. Mesmo a Região Leste não atinge tais cifras: 820 sucursais, filiais e agências; 13 estabelecimentos estrangeiros e 1.039 brasileiros. Só no que diz respeito às matrizes é que supera o Sul, porque inclui o antigo Distrito Federal, onde normalmente elas se concentram (232 matrizes).

Das unidades da Federação, São Paulo coloca-se como a mais rica em termos de rede bancária.

“São Paulo ocupa uma posição especial dentro do processo, pois ele se encontra na vanguarda da transformação do parque industrial brasileiro. O que no plano nacional aparece como tendência incipiente, manifesta-se em São Paulo com força invulgar. (...) São Paulo não somente polariza o mercado interno nacional, mas é também o principal centro financeiro do país, o maior mercado de capitais. Da atividade de São Paulo depende uma grande parte da economia do Brasil. Uma das características mais marcantes da

economia paulistana de hoje é exatamente esta solidariedade que existe entre ela e o resto da economia do Brasil” (31).

Assim, São Paulo notadamente assiste ao predomínio da atividade industrial, voltada em princípio ao Mercado Interno, e às vicissitudes da agricultura dirigida ao Mercado Externo. A indústria tem seu surto inicial ainda no Império, como vimos; mas as fases sucedem-se cada vez mais com maior força.

Simonsen informa-nos agora já no *Período Republicano*, que

“entre 1890 e 1895, foram fundadas 452 fábricas”

e que, conforme o Centro Industrial do Brasil, em 1907,

“ficou demonstrado que em 30 espécies de artigos manufaturados, de grande consumo, a nossa indústria já supria 78% das necessidades nacionais, figurando apenas a importação com 22%. (...) Nessa época, mantinha o Distrito Federal a primazia, com 30% da produção industrial, 24% do operariado e 20% do número total de estabelecimentos. São Paulo estava com 16% da produção, Rio Grande do Sul com 7% e Minas Gerais com 4%” (32).

O mesmo autor, referindo-se ao recenseamento de 1920, oferece-nos a informação de que neste ano havia 13.336 estabelecimentos industriais no País.

No entanto, é preciso ter em mente:

“As duas curvas de crescimento industrial — do Rio de Janeiro e de São Paulo — se cruzam, num ponto entre 1920 e 1938, mais provavelmente na década de 20. É menos importante procurar determinar exatamente o momento em que a indústria paulistana supera a carioca, do que entender o fato que provavelmente desde o começo do século a indústria de São Paulo cresce a uma taxa mais elevada que a do Rio de Janeiro ou de qualquer outra área do país” (33).

São Paulo, principiando basicamente como produtor de bens de consumo, desde 1940 se tem dedicado mais a fabricar bens de produção.

(31). — SINGER (Paul), *op. cit.*, págs. 60 e 67.

(32). — SIMONSEN (Roberto C.), *op. cit.*, págs. 25 a 27.

(33). — SINGER (Paul), *op. cit.*, págs. 50, 61, 62 e 368.

Esta concentração industrial implica em intenso desenvolvimento nas áreas relacionadas à educação, saúde, recreação, higiene, esporte etc., além de exigir serviços de transporte, financeiros, seguros, consultoria técnica, legal, propaganda etc. As primeiras áreas são onde muito do salário industrial é gasto, enquanto as últimas constituem uma exigência mesma da indústria.

Em vista disto, conclui-se que o complexo industrial acarreta a concentração bancária em São Paulo, como acarreta a concentração de outros serviços citados. Veremos adiante a que ponto chegou em nossos dias.

A Tabela V mostra a extensão da rede bancária, de 1961 a 1969. Esta Tabela (também incluída no fim) dispõe os dados como as anteriores, segundo a nacionalidade e a categoria. Verificamos que em 1961 e em 1962 as matrizes permanecem em mesma quantidade, o que representa certa estagnação quanto à criação de novos Bancos. O ano de 1963 prenuncia maior concentração futura que se processará a partir de 1965. Assim é que, em 1963, desaparecem 6 matrizes, enquanto em 1964 dá-se o aumento de 2, com relação ao ano anterior.

E' a partir de 1965 que a concentração se acentua, pois daquela data até 1969 foram suprimidas 128 matrizes, cifra somente superada pelo período compreendido entre 1945 e 1951, quando desapareceram 259 matrizes.

Se, como dissemos, 1961 e 1962 representam estagnação no que diz respeito à fundação de Bancos, o mesmo não se pode dizer quanto às agências. Estas sofrem um aumento entre estes dois anos, de 612 unidades. Tal crescimento se processa progressivamente, em sentido oposto ao que acontece com as matrizes, principalmente a contar de 1965. Deste ano até 1969, aumentaram 867 agências, o que significa uma diminuição de matrizes e um incremento digno de nota, de parte das agências.

Embora não pretendamos discutir o problema da concentração, apresentamos algumas opiniões que são tentativas de explicação contidas em publicações especializadas. Por exemplo, diz uma:

“O fenômeno econômico da concentração bancária é a tendência dos institutos de crédito para a fusão e a concentração, reduzindo o seu número e aumentando seu poder financeiro. (...) A concentração dos Bancos acompanha o aparecimento das grandes empresas, formadas por fusões, incorporações, acordos, pela necessidade de atender às exigências creditícias. A concentração indus-

trial, comercial e bancária são fenômenos paralelos e (há mesmo) entrelaçamento de bancos e empresas industriais. Geralmente um grupo industrial é controlado por forte grupo bancário ou ele mesmo controla bancos e institutos financeiros através das participações financeiras; a necessidade de fazer face à escassez de capitais e medidas legislativas, especialmente tributárias; crises econômicas e financeiras; exigências na redução das despesas; a necessidade de eliminar ou reduzir os riscos, pois quando as operações de um banco atingem cifras importantes, as probabilidades de prejuízos diminuem, os riscos ficam divididos em maior campo de negócios...” (34).

Historicamente, a concentração do capital tem-se dado, seja ela em qualquer das atividades apontadas: industrial, comercial ou bancária. Outras explicações colocam ênfase na opção

“entre a necessidade de expandir-se para reduzir os custos e a impossibilidade de multiplicar agências”,

fazendo com que os Bancos partam para as alternativas: aquisição de Bancos menores ou associação com eles. Com a compra de pequenas redes de agências, selecionam-se as agências de maior potencial e aproveita-se o pessoal já treinado. Amplia-se o âmbito operacional, possibilitando a Bancos com sede em outros Estados, participarem das praças paulistas e Bancos de São Paulo alcançarem as localidades onde a indústria deste Estado atinge (35). No entanto, é preciso dizer que tais monopólios são muitas vezes prejudiciais, no sentido de poder dirigir as disponibilidades de recursos às atividades oferecedoras de maiores vantagens às próprias instituições.

Dando continuidade à exposição dos dados mais relevantes da Tabela V, observa-se uma ascensão de 1960 para 1961 dos estabelecimentos estrangeiros (vide Tabela III), uma vez que passaram de 41 para 43. Tal período de ascensão continua vagarosamente pelos anos de 1962, 1963, 1964, 1965 e 1966, apesar de estes incluírem vários momentos de estagnação. É 1967 que vai começar a fase de diminuição de agências pertencentes a Bancos estrangeiros, pois o número das mesmas cai para 42, quantia que permanece até 1969.

A pequena ascensão do número dos estabelecimentos estrangeiros no Brasil, no período compreendido pela Tabela V, contrapõe-se

(34). — FONTENLA (Vicente Paz ed.), Revista *Bancos*, nº 6, Rio de Janeiro, dezembro de 1952, págs. 581 a 584.

(35). — REVISTA *Brasil Financeiro*. São Paulo, Editora Banas, 1968, págs. 38 e 39.

à rápida elevação do número de agências nacionais: de 1961 a 1967, aumentaram 2.409 unidades. Mas como as estrangeiras, as nacionais igualmente sofreram queda. Considerando o ano de 1967, notamos a diminuição de 385 agências daquela data até 1969, o que nos leva a concluir que a contar de 1967 *estavam em queda* o número de matrizes, o número de agências nacionais e de agências estrangeiras, apenas as brasileiras mostrando tendências à reação.

Seria interessante agora fazer uma comparação entre as Tabelas VI e VII (em apêndice no fim), a fim de estudar-se a discriminação dos estabelecimentos bancários por unidade da Federação, segundo a nacionalidade e a categoria, nos anos de 1960 e de 1969.

A superioridade, em 1960, está com São Paulo, exceto quanto às matrizes, que a Guanabara possui sensivelmente mais. Fazendo-se um levantamento dos 10 principais Estados em termos de total de estabelecimentos, temos a seguinte seqüência: São Paulo (1910), Minas Gerais (844), Guanabara (510), Rio Grande do Sul (498), Paraná (497), Rio de Janeiro (218), Bahia (211), Pernambuco (92), Goiás (75) e Espírito Santo (58). Portanto, 5 Estados do Leste, 3 do Sul, 1 do Nordeste e 1 do Centro-Oeste; não há, entre os 10, nenhum do Norte.

Apesar do maior número de Estados do Leste, deve-se notar que a soma dos estabelecimentos do Sul é muito superior à dos estabelecimentos do Leste (3.029 para uma e 1.866 para outra), pois apenas São Paulo possui mais que toda esta Região.

São Paulo tem, de longe, mais sucursais, filiais, escritórios ou agências (1.808), mais estabelecimentos estrangeiros (16) e mais estabelecimentos brasileiros (1.894), sendo seguido bem distante de Minas Gerais, quanto às sucursais, filiais, escritórios ou agências (818) e quanto aos estabelecimentos brasileiros (843). A Guanabara é o mais sério concorrente de São Paulo, em matéria de estabelecimentos estrangeiros (8 contra 16), chegando mesmo a superá-lo em quantidade de matrizes (104 contra 102).

Em 1969, São Paulo já exerce plena superioridade, quanto à categoria e quanto à nacionalidade dos estabelecimentos. Na repetição do levantamento dos 10 principais Estados em termos de total de estabelecimentos, a seqüência torna-se a seguinte: São Paulo (2.846), Minas Gerais (840), Guanabara (719), Paraná (693), Rio Grande do Sul (641), Rio de Janeiro (355), Santa Catarina (227), Pernambuco (177), Goiás (167) e Mato Grosso (142). Observam-se então modificações com relação ao ano de 1960: as lideranças continuam, com a passagem do Paraná para antes do Rio Grande do Sul, com a subs-

tuição do Estado da Bahia pelo de Santa Catarina e com a substituição do Estado do Espírito Santo pelo de Mato Grosso. A distribuição é: 4 Estados do Sul, 3 do Leste, 2 do Centro-Oeste e 1 do Nordeste; continua não havendo nenhum do Norte.

Assim, o Sul prepondera totalmente, ficando São Paulo numa posição muito privilegiada.

São Paulo possui mais matrizes (65), mais agências (2.781), mais estabelecimentos nacionais (2.630) e estrangeiros (16), ficando em seguida em termos de matrizes e estabelecimentos estrangeiros (respectivamente 31 e 7) a Guanabara, e em termos de total de agências e estabelecimentos brasileiros (respectivamente 823 e 716), Minas Gerais.

A rede bancária de São Paulo, pois, predomina na atualidade onde quase todas as localidades de certa atividade econômica e financeira possuem Banco.

A estrutura bancária dos nossos dias difere da dos outros tempos, a partir de 1964, com a *Lei 4.595* que mudou o sistema financeiro do Brasil.

Aludiremos a esta Lei para verificar como se organizam hoje os Bancos. Segundo a Lei, o Banco Central do Brasil é o órgão de cúpula do sistema financeiro nacional, tendo funções normativas e executivas. Instituído a princípio com a denominação de Banco Central da República do Brasil, passou depois a ser chamado de Banco Central do Brasil, ocupando atribuições da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito e outras esparsas no Banco do Brasil e no Tesouro Nacional. Relaciona-se somente com instituições financeiras públicas e privadas, não fazendo outras operações.

O Banco do Brasil, com sua ampla rede de agências (vide Tabela VII), continua a ser colaborador na formulação da política global e executor da política creditícia do Governo. Permanecendo sob controle absoluto da União, estende suas agências por pontos mais diversos do País, e também do Exterior.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foi criado em 1952 e atualmente executa a política governamental referente ao crédito industrial. Portanto, o Governo expressa-se em princípio nas seguintes entidades creditícias destinadas respectivamente ao comércio, à indústria e à habitação: Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Banco Nacional da Habitação (1964).

Porém há outros Bancos oficiais. Existem: o Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1952 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico do Nordeste; o Banco da Amazônia, fundado em 1942 com a denominação de Banco de Crédito da Borracha, que, depois, uma reformulação transformou em Banco de Crédito da Amazônia em 1950. A partir de 1966 passou a ser chamado de Banco da Amazônia, ficando com a finalidade, entre outras, de executar a política governamental na Região Amazônica, no que se refere ao crédito.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo tem sua origem na Caixa de Crédito Cooperativo, criada em 1940. Tem o nome de Banco Nacional de Crédito Cooperativo desde 1951, e em nossos dias funciona segundo orientação traçada em 1966. Constitui instrumento de crédito para a concretização da política cooperativista governamental.

E' importante também citar as Caixas Econômicas que, no Brasil, se basearam nos mesmos princípios orientadores da criação de institutos semelhantes na Europa. Visam em princípio captar pequenas poupanças, ficando sob garantia do Governo. As primeiras Caixas Econômicas brasileiras apareceram da iniciativa particular, no começo do século passado. Em 1861, foi autorizada uma Caixa Econômica, sendo hoje a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro. Em 1934, todas as Caixas Econômicas existentes sofreram reformulação, recebendo normas que ainda hoje as regulamentam. De acordo com a orientação da Lei de 1964, basicamente são órgãos auxiliares da execução da política creditícia da União.

O sistema bancário comercial brasileiro é formado pelos Bancos comerciais particulares, pelo Banco do Brasil e outros Bancos comerciais mistos: por exemplo, o Banco do Estado de São Paulo e o Banco do Estado da Guanabara.

Conforme orientação a partir de 1964, todos os Bancos comerciais participam também do sistema financeiro nacional, orientados pela política global da área, que lhes determina a constituição, o funcionamento e a fiscalização. Naturalmente, ainda compõem o quadro financeiro, as sociedades de crédito, financiamento e investimento; os fundos de investimento; os Bancos de investimento; os Bancos de desenvolvimento estaduais e regionais; as bolsas de valores; as sociedades de crédito imobiliário; e as associações de poupança e empréstimos (36).

(36). — FONSECA (Herculano da), *As Instituições Financeiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Crown-Editores Internacionais, s/d., págs. 57, 62 a 67, 75 a 87, 107 e 108, 133 a 154, 157 a 162, 169 a 173 e 178.

Mas, é preciso dizer, a fim de não nos desviarmos do ponto de interesse e pesquisa do presente trabalho, que visou-se mais ao conteúdo no sistema bancário comercial.

Em todo caso, é digna de nota a apresentação dos dados relativos aos *empréstimos realizados pelos Bancos*. Como se verifica na Tabela VIII, os Bancos estrangeiros em termos de crédito oferecido, têm percentagem bastante baixa, enquanto o Banco do Brasil supera tanto aqueles como os demais Bancos nacionais. Aqui, porém, é necessária uma observação:

“As percentagens extremamente elevadas de empréstimos do Banco do Brasil se devem basicamente ao volume de empréstimos ao Governo Federal, resultante do financiamento do *deficit* da União. Como o *deficit* foi substancialmente menor em 1966, caíram os empréstimos do Banco do Brasil, neste ano” (37).

Por outro lado, por parte dos demais Bancos nacionais, constata-se uma queda nos empréstimos na comparação entre os anos de 1963 e 1965, denunciando uma tendência a elevar a percentagem dos mesmos em 1966. Então, se tomando este ano, parece que caem os empréstimos do Banco do Brasil e sobem os dos outros Bancos brasileiros.

A Tabela IX (em apêndice no fim) dispõe os *empréstimos ao setor privado* conforme as Regiões do País. Este quadro

“evidencia que, de uma forma geral, difere a estrutura de empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, da estrutura de empréstimos dos demais Bancos nacionais. O Banco do Brasil destina maior percentagem de empréstimos à Lavoura e Pecuária, enquanto os demais Bancos concentram suas aplicações na Indústria e no Comércio” (38).

Resta notar ainda que as maiores percentagens de empréstimos relativos ao comércio, considerando os Bancos nacionais (exceto o Banco do Brasil), destinam-se às Regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto as maiores percentagens relativas à indústria, considerando estes mesmos Bancos, referem-se às Regiões Sul e Nordeste. As percentagens relacionadas a empréstimos à lavoura e à pecuária, toman-

(37). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 276 e 277.

(38). — RIBEIRO (Benedito) & GUIMARÃES (Mário Mazzei), *op. cit.*, págs. 276 e 277.

do-se por base o Banco do Brasil, são maiores nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Finalmente, temos ainda a Tabela X, que expõe as variações percentuais dos *empréstimos ao setor privado*, do ano de 1964 até 1970. Esta Tabela difere das duas anteriores porque a VIII discrimina percentagens de empréstimos gerais, durante três anos; e a IX especifica empréstimos a 4 setores, por regiões, durante o ano de 1966.

O que faz a Tabela X é indicar as percentagens de empréstimos ao setor privado, durante 7 anos, de 1964 a 1970. Os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil sofrem oscilações: de 73,9% em 1964 caem para 23,8% em 1965; em 1966 elevam-se para 56,8%, baixando para 42,9% em 1967. Em 1968 nova ascensão para 66,4%, seguida de tendência para baixa, pois em 1969 atingiram 48,8% em 1970, até junho, chegaram a 16,3%.

Os empréstimos realizados pelos demais Bancos comerciais também sofrem oscilações: começam com 84,1% em 1964 para caírem durante os anos de 1965 e 1966, em que alcançam respectivamente 76,8% e 24,3%. A contar de 1967, ano em que de novo se elevaram para 64,5%, outra baixa se processa, com 59,1% em 1968, 24,5% em 1969 e 17,9% até junho de 1970.

Creemos haver, com isto, oferecido um quadro de uma das atividades do Banco, o empréstimo; tais dados visam apresentá-la em tempos mais próximos de nós.

A exposição realizada dá-nos uma *visão de até onde o trabalho bancário tem chegado*, bem como das *condições sócio-econômicas que o geraram*. Ficou claro que São Paulo há muito está na vanguarda do movimento bancário, e isto por razões que analisamos anteriormente.

Estamos certos, no entanto, que a *expansão da rede bancária brasileira* precisa ser estudada sempre dentro de uma *visão globalizante*, através de suas relações com o processo total de evolução histórica. Isto é o que, dentro de certas limitações, procuramos fazer.

TABELA I.

BANCOS EXISTENTES NO BRASIL EM 1922.

Banco	Sede	Fundação ou Autorização	Agências ou Sucursais no Brasil
1. — Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais		10
2. — Holandês da América do Sul		1917	
3. — Espanhol del Rio de la Plata	Buenos Aires		
4. — da Lavoura e do Comércio do Brasil	Rio de Janeiro		
5. — Ítalo-Belga	Antuérpia	1911	4
6. — London and River Plate	Londres	1862	5
7. — Evolucionista	Rio de Janeiro		
8. — Comercial do Pará	Belém		
9. — Crédito Cooperativo de São Paulo	São Paulo		
10. — The Yokohama Specie	Yokohama	1919	
11. — Escandinavo Brasileiro	Rio de Janeiro	1919	
12. — Hipotecário do Brasil	Rio de Janeiro	1893 e 1920 (c/outro nome)	
13. — do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		1
14. — do Distrito Federal	Rio de Janeiro	1919	
15. — de São Paulo	São Paulo	1889	
16. — Português do Brasil	Rio de Janeiro	1918	2
17. — Germânico da América do Sul	Berlim	1911	1
18. — de Recife	Recife	1900	
19. — da Lavoura	S. João da Bocaina, Est. de S. P.		
20. — de Crédito Popular de São Paulo	São Paulo	1917	
21. — Melhoramentos de Jaú	Jaú, Est. de S. P.		
22. — Comercial do Estado de São Paulo	São Paulo	1912	12
23. — Pelotense	R. G. do Sul	1905	21
24. — de Araraquara	Araraquara	1911	
25. — do Pará	Belém	1883	

TABELA I (CONTINUAÇÃO).

BANCOS EXISTENTES NO BRASIL EM 1922.

Banco	Sede	Fundação ou Autorização	Agências ou Sucursais no Brasil
26. — do Crédito Popular	Belém		
27. — Construtor do Brasil			
28. — Auxiliar do Comércio	Rio de Janeiro	1920	
29. — Comercial dos Varejistas	Rio de Janeiro	1920	
30. — Nacional Ultramarino	Lisboa	1913	1
31. — Comercial do Porto	Porto		1
32. — Alemão Transatlântico		1911	3
33. — de Crédito Brasileiro	Rio de Janeiro		
34. — de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo	São Paulo	1904-1909	
35. — Porto Alegrense	Porto Alegre	1909	2
36. — do Espírito Santo	Vitória	1918	
37. — Auxiliar das Classes	Salvador		
38. — de Alagoas	Maceió	1915	
39. — de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado da Bahia	Salvador		
40. — Econômico da Bahia	Salvador		
41. — Comercial e Hipotecário de Campos	Campos		
42. — Nacional do Comércio	Porto Alegre	1891	27
43. — British Bank of South America (antigo English Bank of Rio de Janeiro)	Londres	1863-1891	7
44. — Predial do Estado do Rio	Niterói	1916	1
45. — Popular do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1919	1
46. — Popular do Brasil	Rio de Janeiro		
47. — Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte		18
48. — Comercial de Alfenas Limitado	Alfenas, Est. de M. Gerais	1920	

TABELA I (CONTINUAÇÃO).

BANCOS EXISTENTES NO BRASIL EM 1922.

Banco	Sede	Fundação ou Autorização	Agências ou Sucursais no Brasil
49. — Sul do Brasil	Rio de Janeiro	1921	2
50. — Brazilianische Bank Für Deutschland	Hamburgo	1888	4
51. — Nacional Brasileiro	Rio de Janeiro	1893	
52. — Paulista	S. João da Bocaina, Est. de S. P.	1919	
53. — da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1858	12
54. — da Bahia	Salvador		
55. — dos Funcionários Públicos	Rio de Janeiro		
56. — London & Brazilian Bank (mudou para New London & Brazilian Bank, retomando-o depois)	Londres	1862-1871- -1886	
57. — Mercantil do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1910	
58. — de Crédito Geral	Rio de Janeiro	1918	
59. — Comercial do Rio de Janeiro		1866	
60. — de Crédito Rural e Internacional	Rio de Janeiro	1890	
61. — Comercial Franco-Brasileiro	R. G. do Sul	1913	1
62. — Aliança do Porto	Porto		
63. — Italiano Di Sconto	Roma	1919	
64. — Campineiro	Campinas, Est. de S. P.		
65. — do Comércio	Rio de Janeiro	1875	
66. — do Brasil	Rio de Janeiro		43
67. — do Comércio e Indústria de São Paulo	São Paulo	1889	3
TOTAL	67		182

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos da Revista *Bancos*, Vicente Paz Fontenla, nº 2, Rio de Janeiro, setembro de 1952, págs. 37 a 40. Os informes apresentam lacunas, como por exemplo, se observa nos casos seguintes: o *The Yokohama Specie Bank*, o *London & Brazilian Bank*, o Banco Aliança do Porto e a *Banca Italiana di Sconto* não trazem a localidade em que se estabeleceram, embora se possa concluir que alguns deles devam ter ido para o Rio de Janeiro. Por outro lado, verificam-se lacunas quanto às agências ou sucursais no Brasil; basta comparar com a mesma divisão da Tabela II.

*

TABELA II.

BANCOS EXISTENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1922.

Banco	Sede	Fundação ou Autorização	Agências ou Sucursais- Estado de São Paulo
1. — Holandês da América do Sul		1917	São Paulo e Santos.
2. — Ítalo-Belga		1911	São Paulo, Santos e Campinas.
3. — London and River Plate (que se fundiu com o London & Brazilian Bank e o Bank of London & South America Ltd.)			
4. — Crédito Cooperativo de São Paulo			
5. — de São Paulo		1889	Santos, São Carlos, Ribeirão Preto e Batatais.
6. — Português do Brasil	Rio de Janeiro	1918	São Paulo.
7. — da Lavoura	São João da Boa caina		
8. — Crédito Popular de São Paulo		1917	
9. — Melhoramentos de Jaú			

TABELA II (CONTINUAÇÃO).

BANCOS EXISTENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1922.

Banco	Sede	Fundação ou Autorização	Agências ou Sucursais- Estado de São Paulo
10. — Comercial do Estado de São Paulo		1912	Santos, Campinas, Piracicaba, Bebedouro, São Manoel, Botucatu, Bragança, Rio Preto, Mogi-Mirim, Taquaritinga, Araraquara, Avaré.
11. — de Araraquara		1911	São Paulo e Santos.
12. — Nacional Ultramarino		1913	São Paulo e Santos.
13. — Alemão Transatlântico		1911	São Paulo e Santos.
14. — Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo		1904	São Paulo e Santos.
15. — The British Bank of South America (antigo English Bank of Rio de Janeiro)		1863-1891	São Paulo e Santos.
16. — Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais			
17. — Brazilianische Bank Für Deutschland		1888	
18. — Paulista	São João da Boa-caina	1922	
19. — London & Brazilian Bank		1862-1871- -1886	
20. — Comercial Franco-Brasileiro	R. G. do Sul	1913	
21. — Banca Italiana Di Sconto	Roma	1919	São Paulo e Santos.

TABELA II (CONTINUAÇÃO).

BANCOS EXISTENTES NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 1922.

22. — Campineiro	Campinas		
23. — do Brasil			São Paulo, Ribeirão Preto, Barretos e Jaú.
24. — Comércio e Indústria de São Paulo	São Paulo	1889	Santos, Campinas e Ribeirão Preto.

TOTAL 24

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos da Revista *Bancos*, Vicente Paz Fontenla, nº 3, Rio de Janeiro, setembro de 1952, págs. 82 a 94. Alguns informes da Tabela I podem completar os desta, pois há Bancos que estão presentes em ambas.

*

TABELA III.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EXISTENTES NO BRASIL — DE 1941 A 1960.

(EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA ANO).

1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A NACIONALIDADE E A CATEGORIA.

Anos	Total	Segundo a Nacionalidade		Segundo a Categoria	
		Brasileiros	Estrangeiros	Matrizes	Sucursais Filiais Agências
1941	1646	1566	80	512	1134
1942	1928	1848	80	548	1380
1943	2181	2137	44	625	1556
1944	2459	2420	39	663	1796
1945	2074	2035	39	509	1565
1946	2111	2075	36	477	1634
1947	2227	2188	39	444	1783

TABELA III (CONTINUAÇÃO).

1948	2281	2239	42	426	1855
1949	2431	2389	42	419	2012
1950	2596	2554	42	413	2183
1951	2710	2668	42	404	2306
1952	3027	2984	43	408	2619
1953	3348	3304	44	394	2954
1954	3461	3424	37	384	3077
1955	4038	4003	35	366	3672
1956	4257	4222	35	360	3897
1957	4593	4558	35	357	4236
1958	4857	4821	36	345	4512
1959	5135	5096	39	343	4792
1960	5348	5307	41	338	5010

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil* — IBGE, anos de 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1957, 1958 e 1961, que indicam as fontes seguintes: Serviço de Estatística Econômica e Financeira e Superintendência da Moeda e do Crédito. Observação existente no *Anuário* (1951) chama a atenção para o fato de que “o quadro consigna os dados relativos aos bancos e casas bancárias, incluindo, porém, no período 1941/1944, elementos referentes a “escritórios e cooperativas de crédito”. A partir de 1945 estes estabelecimentos, não subordinados à Superintendência da Moeda e do Crédito, deixaram de figurar na apuração do movimento bancário”. Há normalmente nos *Anuários* citados nota referente à exclusão, no cômputo das sucursais, filiais e agências, das do Banco do Brasil no Exterior.

*

TABELA IV.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EXISTENTES NO BRASIL — 1950.

1. DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A NACIONALIDADE E A CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO

Unidades da Federação	Total	Segundo a Nacionalidade		Segundo a Categoria Sucursais	
		Brasileiros	Estrangeiros	Matrizes	Filiais
					Agências
<i>NORTE</i>					
Guaporé	3	3			3
Acre	3	3			3

TABELA IV (CONTINUAÇÃO).

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EXISTENTES NO BRASIL — 1950.
1. DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A
NACIONALIDADE E A CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO.

Amazonas	5	3	2		5
Rio Branco	1	1			1
Pará	15	13	2	5	10
Amapá	1	1			1
<i>NORDESTE</i>					
Maranhão	8	8		3	5
Piauí	11	11		2	9
Ceará	28	27	1	14	14
R. G. do Norte	9	9		4	5
Paraíba	17	17		7	10
Pernambuco	33	29	4	12	21
Alagoas	11	10	1	2	9
<i>LESTE</i>					
Sergipe	18	18		7	11
Bahia	75	73	2	15	60
Minas Gerais	506	505	1	37	469
Esp. Santo	35	34	1	4	31
R. Janeiro	138	138		16	122
D. Federal	280	271	9	153	127
<i>SUL</i>					
São Paulo	903	888	15	102	801
Paraná	163	162	1	7	156
Sta. Catarina	63	63		3	60
R. G. do Sul	217	214	3	12	205
<i>CENTRO/ OESTE</i>					
Mato Grosso	17	17		2	15
Goiás	36	36		6	30
BRASIL	2596	2554	42	413	2183

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos do “Anuário Estatístico do Brasil” — IBGE, ano de 1951, que indica como fonte o Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Os dados abrangem os Bancos e as Casas Bancárias.

*

TABELA V.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EXISTENTES NO BRASIL — DE
1961 A 1969.

1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A NACIONALIDADE E A CATEGORIA.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO

Anos	Total		Agências			
	Geral	Matrizes	Total	Nacionais	Estrangeiras	Escritórios
1961	5581	332	4949	4906	43	300
1962	6109	332	5561	5517	44	216
1963	6481	326	5967	5923	44	188
1964	6878	328	6389	6345	44	161
1965	7271	320	6789	6744	45	162
1966	7567	297	7109	7064	45	161
1967	7653	249	7357	7315	42	47
1968	7804	217	7587	6884	42	
1969	7848	192	7656	6930	42	

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil* — IBGE, anos de 1964, 1966, 1968, 1969 e 1970, que indicam como fonte, o Serviço de Estatística Econômica e Financeira ou o Centro de Informações Econômico-Fiscais. O *Anuário* de 1966 chama a atenção para o fato de, no cômputo das matrizes, estarem incluídas as das Casas Bancárias. A mesma observação está nos *Anuários* de 1968, 1969 e 1970. Estes dois últimos apresentam, em separado, os dados referentes às agências do Banco do Brasil: 661 para 1968, e 684 para 1969. Os dados do quadro abrangem todos os Bancos e Casas Bancárias.

TABELA VI.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EXISTENTES NO BRASIL — 1960.
1. DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A
NACIONALIDADE E A CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO

Unidades da Federação	Total	Segundo a Nacionalidade		Segundo a Categoria	
		Brasileiros	Estrangeiros	Matrizes	Sucursais Filiais Escritórios Agências
<i>NORTE</i>					
Rondônia	4	4			4
Acre	7	7			7
Amazonas	15	14	1	1	14
R. Branco	2	2			2
Pará	33	32	1	4	29
Amapá	3	3			3
<i>NORDESTE</i>					
Maranhão	13	13		3	10
Piauí	16	16		2	14
Ceará	47	46	1	12	35
R. G. Norte	19	19		4	15
Paraíba	33	33		6	27
Pernambuco	92	89	3	10	82
Alagoas	24	23	1	1	23
<i>LESTE</i>					
Sergipe	24	24		7	17
Bahia	211	209	2	13	198
M. Gerais	845	843	2	27	818
Esp. Santo	58	58		3	55
R. Janeiro	218	218		11	207
Guanabara	510	502	8	104	406
<i>SUL</i>					
São Paulo	1910	1894	16	102	1808
Paraná	497	495	2	8	489
Sta. Catarina	124	124		3	121
R. G. do Sul	498	495	3	11	487
<i>CENTRO/ OESTE</i>					
M. Grosso	40	40		1	39
Goiás	75	75		4	71
Brasília (DF)	30	29	1	1	29
BRASIL	5348	5307	41	338	5010

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil* — IBGE, ano de 1961, que indica como fonte o Serviço de Estatística Econômica e Financeira. Os dados abrangem os Bancos e as Casas Bancárias, e excluem, no cômputo das sucursais, escritórios, filiais e agências, os do Banco do Brasil no Exterior.

*

TABELA VII.

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EXISTENTES NO BRASIL — 1969.

1. DISCRIMINAÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO A NACIONALIDADE E A CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO

Unidades da Federação	Total Geral	Matrizes	Agências			
			Total	Brasileiras	Banco do Brasil	Estrangeiras
<i>NORTE</i>						
Rondônia	8		8	6	2	
Acre	13	1	12	10	2	
Amazonas	42	1	41	36	4	1
Roraima	3	1	2	1	1	
Pará	68	4	64	55	8	1
Amapá	4		4	3	1	
<i>NORDESTE</i>						
Maranhão	56	2	54	41	13	
Piauí	44	2	42	29	13	
Ceará	85	11	74	52	21	1
R. G. Norte	44	4	40	32	8	
Paraíba	68	4	64	50	14	
Pernambuco	177	6	171	149	20	2
Alagoas	55	1	54	45	8	1
<i>LESTE</i>						
Sergipe	50	4	46	39	7	
Bahia	351	7	344	296	45	3
M. Gerais	840	17	823	716	105	2
E. Santo	93	2	91	80	11	
R. Janeiro	355	4	351	329	22	
Guanabara	719	31	688	655	26	7

TABELA VII. (CONTINUAÇÃO).

<i>SUL</i>						
São Paulo	2846	65	2781	2630	135	16
Paraná	693	5	688	637	49	2
Sta. Catarina	227	3	224	194	29	1
R. G. Sul	641	9	632	547	82	3
<i>CENTRO/ OESTE</i>						
M. Grosso	142	3	139	118	21	
Goiás	167	2	165	129	36	
Brasília (DF)	57	3	54	51	1	2
BRASIL	7848	192	7656	6930	684	42

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos do *Anuário Estatístico do Brasil* — IBGE-IBE, ano de 1970, que indica como fonte o Centro de Informações Econômico-Fiscais. Os dados incluem, no cômputo das matrizes, as das Casas Bancárias; portanto, abrangem os Bancos e as Casas Bancárias.

*

TABELA VIII.

EMPRÉSTIMOS DOS BANCOS — BRASIL — (%).

BANCOS	1963	1965	1966
Bancos Estrangeiros	1,6	1,3	1,6
Banco do Brasil	65,2	71,4	55,2
Outros Bancos Nacionais	33,2	27,3	43,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: Quadro extraído da "História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil", Benedito Ribeiro e Mário Mazzei Guimarães, Pro-Service Ltda.-Editora, São Paulo, 1967, págs. 276 e 277. Os autores citam como fonte dos dados brutos: S. E. E. F. — M. F. (Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda).

*

TABELA IX.

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO POR REGIÕES — (%).
BANCOS NACIONAIS — 1966.

Regiões	Bancos	Comércio	Indústria	Lavoura e Pecuária
NORTE				
B. BR.	0,0	35,7	17,8	46,5
OUTROS	—	48,2	21,7	30,2
NORDESTE				
B. BR.	0,0	13,0	32,0	55,0
OUTROS	—	28,8	46,3	24,9
LESTE				
B. BR.	0,1	15,6	40,2	44,2
OUTROS	—	42,3	42,8	14,9
SUL				
B. BR.	—	9,4	42,0	48,6
OUTROS	—	29,4	52,1	18,5
CENTRO-OESTE				
B. BR.	0,0	4,0	8,9	87,1
OUTROS	—	44,4	12,0	43,6
BRASIL				
B. BR.	—	11,2	37,1	51,7
OUTROS	—	34,1	47,1	18,8

FONTE: Quadro organizado com dados extraídos da *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil*, Benedito Ribeiro e Mário Mazzei Guimarães, Pro-Service Ltda.-Editora, São Paulo, 1967, págs. 276 e 277. Os autores citam como fonte dos dados brutos: S.E.E.F. — M.F. (Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda).

*

TABELA X.

EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO.
VARIAÇÕES PERCENTUAIS.

Anos	Banco do Brasil	Demais Bancos Comerciais
1964	73,9%	84,1%
1965	23,8%	76,8%
1966	56,8%	24,3%

1967	42,9%	64,5%
1968	66,5%	59,1%
1969	48,8%	34,5%
1970 (x)	16,3%	17,9%

FONTE: *Revista Bancária Brasileira*, nº 452, agosto de 1970, pág. 32. O (x) representa uma estimativa em 30 de junho de 1970, segundo a citada fonte.